

Justiça que vem do exterior

ARQUIVO

Juliana Rocha

Wallace de Almeida tinha 18 anos quando foi morto por policiais militares em 13 de setembro de 1998, no Morro da Babilônia, Zona Sul do Rio. Soldado do Exército, foi supostamente confundido com traficantes da favela onde morava. Testemunhas contam que os policiais impediram o socorro da vítima ao perceberem que haviam baleado um jovem trabalhador. O caso tramita até hoje na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Como Wallace, os brasileiros jovens, negros e moradores de áreas pobres são a maioria das vítimas de homicídio no Brasil. Para cada 100 mil habitantes, 105 morrem todo ano no país, como o JB mostrou ontem. Diante da impunidade na Justiça e a inércia do governo brasileiro em reduzir a violência, organizações internacionais tentam pressionar as autoridades para que tomem uma providência.

A Organização das Nações



Assassinato de oito menores na Candelária, em 1993, foi denunciado à OEA por organizações não-governamentais

Brasil só foi punido uma vez na Comissão de Direitos Humanos da OEA

Unidas (ONU) não tem o poder de punir, mas de sugerir ações. A OEA aplica muitas, mas até hoje o Brasil só foi condenado uma vez, pela morte de um paciente em uma clínica psiquiátrica no Ceará.

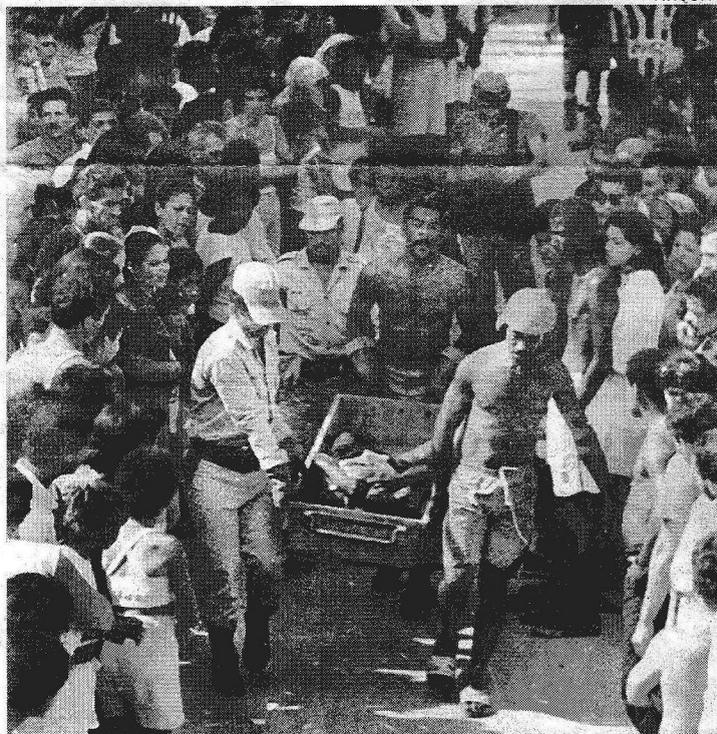
O caso de Wallace teve uma solução amistosa. A OEA recomendou ações que poderiam evitar novas vítimas em situações semelhantes. Mas o governo brasileiro não assinou o termo de compromisso para cumprir as exigências. Os agressores saíram impunes.

A grande lacuna dos tribunais internacionais é condenar o governo federal pela violência nos Estados. O governo estadual, que comanda as polícias civil e militar, sai sempre ileso.

– Os instrumentos internacionais são muito importantes na tentativa de coibir a violência – defende Sandra Carvalho, coordenadora da ONG Justiça Global, responsável pelo envio, para a OEA, do histórico do crime contra Wallace.

– A questão é como os Estados atendem às recomendações. Quem responde pelos crimes é a União, não os governos estaduais. O cumprimento das exigências fica a desejar.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24 horas



ARQUIVO



ARQUIVO

Impunidade nas chacinas de Vigário Geral, também em 1993, e na Baixada Fluminense, no ano passado, gerou protestos

xa etária de 15 a 24 anos. Em apenas quatro países, os jovens sofrem mais com a violência que as pessoas de 25 a 34 anos.

No Brasil, são mortos 94,3 jovens de 15 a 24 anos para cada 100 mil habitantes por ano, contra 89,1 assassinatos entre adultos de 25 a 34 anos. A Venezuela é o único com dados piores: tem 106,5 mortes para cada 100 mil habitantes de 15 a 24 anos, contra 95,5 homicídios para cada 100 mil habitantes de 25 a 34 anos. A Colômbia, recordista nas taxas de homicídios, tem 216 assassinatos para cada 100 mil adultos, contra 199

mortes entre jovens.

– As altas taxas de homicídios na juventude são um padrão na América Latina, mas a situação no Brasil é muito pior – avalia Helder Ferreira, do Ipea. – A maioria é vítima da guerra entre traficantes de drogas, de grupos de extermínio e violência policial.

O pesquisador observa que, entre os países do Cone Sul, as estatísticas brasileiras são as mais perversas. Argentina e Uruguai sequer figuram entre os países com maior índice de homicídios de jovens. O Paraguai tem 33,7 assassinatos para cada 100 mil jovens. (J.R)